

Metade da dívida federal vem de 'esqueletos'

Tesouro: dos R\$ 624 bi do débito do governo em títulos, 57% foram de endividamentos reconhecidos pela União

Vivian Oswald

• **BRASÍLIA.** Um dos principais alvos de críticas dos opositores do governo Fernando Henrique Cardoso, a dívida mobiliária (em títulos) do governo federal cresceu 928% nos últimos sete anos. Passou de R\$ 60,7 bilhões, no início de 1995, para R\$ 624 bilhões em janeiro de 2002. Embora a dívida tenha tido crescimento exagerado e seja apontada como o maior custo da política econômica do Plano Real, o governo alega que esses débitos já existiam antes de Fernando Henrique tomar posse. Só não eram conhecidos ou reconhecidos. De 1995 até 2001, o país teve que reconhecer dívidas antigas nunca registradas em suas estatísticas — os chamados esqueletos — e assumir contas de estados e municípios. Só esses débitos correspondem a 57,7% do total da dívida acumulada no período, segundo levantamento do Tesouro Nacional.

O refinanciamento de dívidas de estados e municípios pela União a partir de 1997 foi um dos principais responsáveis pela explosão da dívida. Dos R\$ 624,1 bilhões, R\$ 297,7 bilhões (47,7%) equivalem às dívidas de estados, municípios e bancos locais que foram assumidas para sanear contas de governos estaduais e municipais.

Impacto de juros e câmbio chega a 29% do débito

Só a dívida renegociada dos estados chegou a R\$ 123 bilhões, sendo R\$ 24 bilhões do Rio e R\$ 59 bilhões de São Paulo. Até refinanciarem seus débitos, os estados pagavam entre 4% e 6% ao mês em juros para rolar o que deviam. Hoje, a taxa está abaixo de 2%.

— Se a dívida de estados e municípios não tivesse sido re-

negociada, a situação seria muito pior e o mercado não teria a transparência que dispõe hoje do endividamento do país — disse o secretário-adjunto do Tesouro, Rubens Sardemberg.

A política econômica também contribuiu para a disparada da dívida. As contas de juros e câmbio pagas pelo go-

verno para defender o regime cambial de bandas, que durou até 1999, e o país de ataques especulativos também foram expressivas. Chegaram a R\$ 182 bilhões (29,1% do total), o que equivale a quase tudo o que o governo arrecada em um ano com impostos e contribuições. Apenas a dívida em títulos cam-

biais chegou a R\$ 72,8 bilhões. Em juros, o Brasil pagou R\$ 109,7 bilhões no período.

Os esqueletos também pesaram para os cofres públicos nos últimos sete anos, com R\$ 62,8 bilhões. Entre eles, estão os passivos do FCVS (subsídios dados pelo governo para a casa própria), da Sunamam e da Rede

Ferrovária. O programa de reestruturação dos bancos federais, criado no fim do ano passado, para sanear as quatro instituições que ainda pertencem à União (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste) custou R\$ 65,4 bilhões.

Para ex-diretor do BC, dívida poderia ter sido reduzida

O governo ainda não sabe se põe esse prejuízo na conta dos esqueletos, mas o mais certo é que isso aconteça. Até porque a capitalização do BB e da Caixa, assim como a troca de títulos que estavam nas mãos dessas instituições por outros com maior potencial de negociação, foi feita para cobrir dívidas e despesas que esses bancos contraíram para financiar programas de governo e incentivos fiscais. Se esse valor entrar como esqueleto, sobe para 67% o percentual da dívida total que corresponde a débitos antigos e aqueles assumidos de estados e municípios.

Os programas de benefícios fiscais do governo também pesaram no endividamento em títulos. Para mantê-los, o governo emitiu em sete anos R\$ 45,2 bilhões em papéis (7,2% do total da dívida mobiliária). Para o ex-diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas, o governo poderia ter reduzido os seus gastos com dívida cambial.

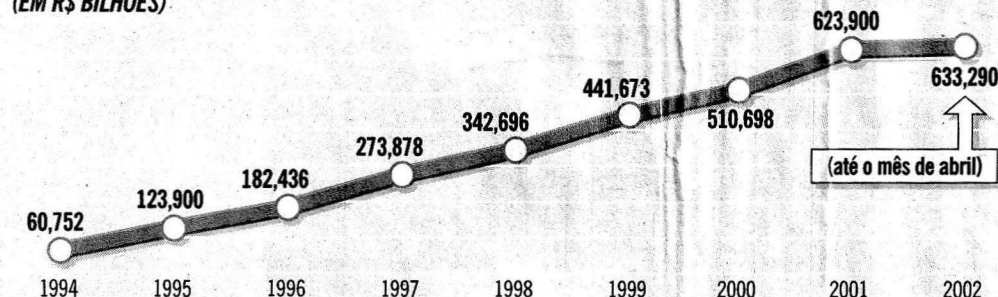
— Ele até tentou após a desvalorização cambial, mas houve sucessivas crises. Mas a participação do câmbio poderia ter caído. Hoje, o governo vende ao mercado mais papel cambial de curto prazo, elevando o custo para rolar a dívida.

Este ano, juros e câmbio já são responsáveis pelo aumento de cerca de R\$ 10 bilhões da dívida em títulos, que chegou a R\$ 633 bilhões em abril. ■

Conheça o endividamento

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL (EM TÍTULOS) NO PLANO REAL

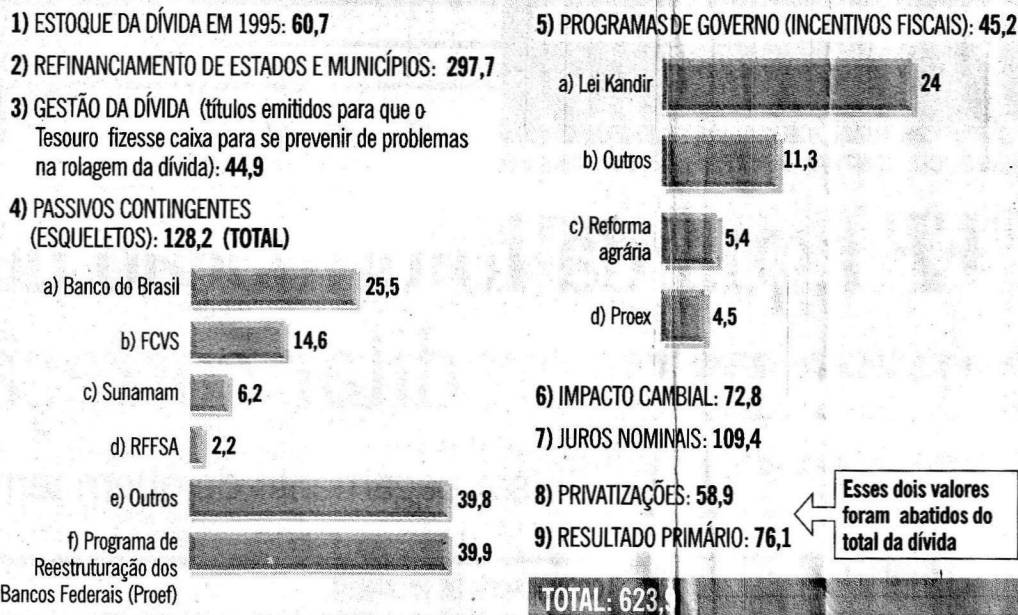
(EM R\$ BILHÕES)



FONTE: TESOURO NACIONAL

O QUE FEZ A DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DISPARAR DE 1995 A JANEIRO DE 2002

(EM R\$ BILHÕES)



FONTE: TESOURO NACIONAL

Esses dois valores foram abatidos do total da dívida